

# ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

REUNIÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS NACIONAIS DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA, INAUGURANDO SOLENEMENTE OS TRABALHOS DA SUA  
2.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA (1938)

*Discurso do Embaixador J. C. de Macedo Soares,  
Presidente do Instituto e dos seus Conselhos*

Senhores dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística.

Aberta esta sessão, acham-se auspiciosamente iniciados, em fraterna e cordial colaboração, os trabalhos das duas magnas entidades colegiais a quem o Governo da República em boa hora confiou a direção suprema das atividades administrativas brasileiras que teem por fim o conhecimento das condições existenciais do país, estáticas ou dinâmicas, tanto na ordem telúrica como na orden social.

Preliminarmente, porém, segundo determina disposição regimental, cumpreme apresentar a êste egrégio concílio um breve relato "resumindo as atividades do Instituto a partir da sessão anterior."

Dêsse dever desobrigo-me neste momento com o coração dilatado por incontido júbilo, pois que, no rápido transcurso dos doze meses que nos distanciam da 1.<sup>a</sup> reunião ordinária destes Conselhos, o nosso Instituto cresceu e expandiu-se vigorosamente, ultrapassando as mais favoráveis expectativas. E tanto mais profundo êsse conforto, quanto é certo que a trajetória que percorremos vitoriosamente não encontrou zonas sombrias, nem se deteve em dificuldades que não fossem as que correntemente se opõem a qualquer esforço construtivo. Porque, em todas as horas e em todas as situações, o nosso labor teve amparo solícito e decisivo de todas as forças vivas da Nação, expresso no apôio, sem hesitação, que nos deram todas as órbitas e todos os órgãos do Poder Público, na simpatia acolhedora da generosa imprensa brasileira, e na colaboração prestante de todas as organizações sociais, de todos os grupos e de todos os cidadãos a cujo concurso nos foi mistér recorrer.

Demos, pois, graças à Divina Providência, que nos proporcionou tão convidativo ambiente de trabalho, em que a nossa labuta, ainda que áspera, devido às dificuldades inerentes aos seus objetivos, se suaviza nesse saudável clima de altitude em que os ares oxigenados pela simpatia, pela boa vontade e pela co-opeção, revigoram as energias fatigadas e erguem o tonus do espírito no magnetismo quasi sobrenatural que está presente em todas as obras do altruismo e em todos os empreendimentos de confraternização humana.

Senhores!

O Conselho Brasileiro de Geografia — dos colégios aqui presentes o de criação mais recente — é hoje o "Conselho Nacional de Geografia", em virtude do decreto n.º 218, de 26 de Janeiro de 1938, o mesmo que, por solicitação das próprias entidades que presidem os destinos da instituição, mudou o nome desta para "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

Propondo-se êsse Conselho à coordenação dos estudos geográficos brasileiros, era preciso, inicialmente, que se processasse a sua diferenciação estrutural em termos de poder exercer a influência devida junto às várias órbitas da organização governamental e em todos os recantos do território nacional. E êsse objetivo já está conseguido quasi completamente com a instalação não só dos 21 di-

retórios regionais previstos em sua lei orgânica, mas ainda de muitos, — um quinto aproximadamente — dos diretórios municipais que devem dar ao Instituto seus órgãos de ação local.

Em seguida, haveria de dotar-se a ala geográfica do Instituto de um sistema de órgãos executivos análogos aos da ala estatística. E esse segundo objetivo, embora por motivos óbvios ainda um tanto remoto, já vai dando lugar a estudos e providências que talvez o traduzam em auspiciosa realidade bem mais depressa do que supõem os que não sabem ter fé nas iniciativas corajosas que um alto pensamento inspira.

Por seu lado o Conselho de Estatística continuou, sem esmorecer, o impulso vigoroso das suas atividades. Está completo o seu quadro de órgãos permanentes de deliberação — a Junta Central e as 22 Juntas Regionais, cujas atividades, embora de intensidade desigual, teem desenvolvido fecundo labor, orientando e prestigiando os órgãos executivos da Instituição. E o quadro dêstes, se a rigor ainda comportaria uma diretoria central de estatística na órbita federal — a do Ministério da Viação, — bem assim, quanto à ordem regional, repartições melhor aparelhadas nalguns Estados e no Acre, pode-se, todavia, considerar completo quanto aos elementos essenciais, no que depende dos governos da União e das Unidades Políticas. Aliás, os anais do Instituto registaram, no período anual hoje encerrado, numerosas reformas, liberalmente financiadas, e orientadas segundo os melhores critérios técnicos, nos quadros das nossas repartições regionais, como por exemplo, para só citar as mais destacadas, as que se realizaram em Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Baía e Minas Gerais. Mesmo, porém, na órbita municipal, onde seria lícito duvidar de que se alcançassem resultados satisfatórios em pequeno prazo, o progresso do aparelho estatístico é incontestável, pois que, do milhar e meio de agências municipais que devem compor o sistema dos órgãos primários de coleta, já estão em regular funcionamento mais de mil, não sendo poucos os Estados em que todas as Municipalidades já estão providas de um centro permanente de estudos e pesquisas no domínio da estatística.

Isto quanto ao aspecto estrutural — de desenvolvimento orgânico — da Instituição.

No aspecto funcional ou dinâmico, entretanto, não é menos auspiciosa a situação que se nos depara.

No setor geográfico, logo de início um fato marcante de grande significação cultural: a adesão do Conselho Nacional de Geografia à União Geográfica Internacional.

O acontecimento inscreveu-se em nossos anais como uma das mais expressivas solenidades. O ato protocolar, realizado a 30 de Julho de 1937, no salão de conferências do Itamarati, foi presidido pelo Ministro Pimentel Brandão e consistiu na entrega, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao Professor Emanuel de Martonne, Secretário Geral da União, do documento que consignava a adesão do Brasil, representado pelo nosso Conselho, àquele prestigioso organismo internacional.

Outros auspiciosos contactos do nosso novel Conselho de Geografia com a cultura geográfica mundial, foram sendo habilmente conduzidos. Merecem menção especial as solenidades em que o Diretório Central do Conselho, recebendo-lhes a visita, homenageou as seguintes personalidades de eminente renome nos meios geográficos internacionais: o já citado Prof. De Martonne, Secretário Geral da União Geográfica Internacional e diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Paris; o Prof. Pierre Deffontaines, da Universidade de Lille; o comendador Angelo Cesare Rossi, presidente do Instituto Geográfico de Agostini, de Novara; o comendador Alfredo Grandi, diretor do Serviço Cadastral do Reino da Itália; e o Prof. Phelippe Arbos, catedrático de Geografia da Universidade de Clermond-Fernand. Além das personalidades mencionadas, visitaram a Secretaria do Conselho, entabulando útil intercâmbio cultural: o professor de

Geografia da Universidade de Michigan, Dr. Preston E. James; o prof. Eduardo Gaspar, da Universidade do Litoral, da Argentina; o Dr. Erwin Scheu, professor de Geografia Econômica da Universidade de Königsberg.

No terreno prático das realizações geográficas, além das atividades que lhe ficaram competindo na execução da lei n.º 311, que sistematizou os quadros territoriais da República — ponto a que aludirei adiante — dois esforços paralelos desenvolveu o Conselho.

Num sentido, iniciou a coordenação dos dados corográficos, esboçando as primeiras cartas municipais, que já atingem a cêrca de 300. Esse trabalho, porém, foi precedido do desenho dos mapas mudos das várias Unidades da Federação e desta no seu conjunto, com a rede completa da divisão municipal, sôbre a qual já foi possível levantar o primeiro cômputo sistemático das áreas dos municípios brasileiros.

Noutra direção, identificou-se o Conselho com a grandiosa tarefa que lhe foi atribuída pela lei n.º 237 — a atualização da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, cuja primeira edição provisória foi publicada em 1922 pelo Clube de Engenharia, em comemoração do Centenário da Independência do Brasil, havendo os respectivos trabalhos corrido sob a direção imediata do ilustre engenheiro Francisco Bhering. Essa Carta compreende 50 folhas, e obedece às normas estabelecidas pela Comissão Internacional da Carta do Mundo, em suas reuniões de Londres (1909) e Paris (1913). A projeção cartográfica adotada é a policônica internacional (policônica de Lallemand modificada), tomado como meridiano de referência único o de Greenwich. Cada folha, que abrange 6 graus em longitude e 4 graus em latitude, é colorida, representando em doze cores convencionais as zonas hipsométricas delimitadas por curvas de nível.

No setor estatístico, fatos não menos auspiciosos podemos registrar.

O objetivo principal dos esforços de coordenação incumbidos ao Conselho Nacional de Estatística, que é a publicação do Anuário Estatístico do Brasil, está normalmente atingido.

Publicou-se no devido tempo, e com acréscimos e aperfeiçoamentos notáveis em relação ao anterior, o 3.º número do Anuário, o de 1937, que foi o segundo a cargo do Instituto. Manteve-se a feliz iniciativa da divulgação das Sinopses regionais, com separatas enriquecidas do Anuário, organizando-se também uma Sinopse de caráter nacional que está em via de publicação. Em todos os volumes regionais figura um quadro de síntese estatística — verdadeiro panorama numérico — em que se comparam os dados da respectiva unidade política com os correspondentes algarismos relativos ao Brasil. E como enriquecimento interessante do próprio Anuário, conforme prescreveu uma das Resoluções do Conselho de Estatística, já figurou o apêndice retrospectivo, que na edição de 1938 será substituído por um estudo de comparação do Brasil com os demais países. A par disso, da síntese estatística que figura na Sinopse do Distrito Federal, em que se comparam os respectivos dados com os do país no seu conjunto, fez-se, vertida para o Esperanto, um opúsculo de vulgarização mundial da estatística brasileira, — medida essa que retomou a feliz lembrança de Medeiros e Albuquerque, aceita pela antiga Diretoria Geral de Estatística na organização do Boletim Comemorativo da Exposição de 1908, de utilizar-se o belo idioma auxiliar que a humanidade deve ao gênio de Zamenhof, nas publicações nossas que precisem ter larga repercussão no estrangeiro.

Os inquéritos estatísticos estão sistematizados na forma flexível que as nossas condições exigem. Na execução deles colaboram as três ordens administrativas representadas no Instituto, mas de forma que uma poderá sempre suplementar deficiências das demais, assegurando-se assim a desejável unidade sem prejuízo do princípio de cooperação federativa e sem riscos de fracassos por deficiências ocasionais de determinado órgão.

Não obstante as lacunas ainda existentes na rede das agências comunais, o primeiro arrolamento, de ordem geral, das ocorrências locais que interessam a estatística federal, foi realizado com êxito apreciável — embora um pouco de-

moradamente. Mas já está preparado, para a campanha de 1938, o primeiro formulário sistemático das estatísticas municipais, tudo indicando que os resultados desse esforço tenham significação decisiva no desenvolvimento da estatística nacional e na preparação do censo de 1940.

O levantamento do quadro territorial brasileiro está executado. E não só absolutamente em dia, mas com perfeita segurança de exatidão.

O estudo estatístico das correntes comerciais interiores, das quais só conhecíamos as de cabotagem, acha-se em via de normalizar-se na forma exata em que o delineou o Conselho de Estatística, isto é, no duplo sentido de importação e exportação inter-estadual, lançando essa iniciativa um dos cometimentos mais árduos, tecnicamente falando, mas que era também um dos mais essenciais ao conhecimento da economia nacional. E' verdade que o Conselho determinou fosse esse cômputo elaborado regularmente a partir de 1.º de Janeiro de 1937, e apesar dessa norma imperativa a estatística levantada ainda apresenta algumas lacunas e imperfeições, além de um certo atrazo, — o que se deve à extrema dificuldade que o problema apresentou em algumas Unidades Federadas, como o Distrito Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e Goiaz. Estando-nos assegurado, porém, o decidido concurso de todos os Governos Regionais, em expressiva unanimidade, não tardará que os objetivos do Conselho sejam integralmente alcançados; sendo certo, também, que os elementos até agora coligidos já demonstram, pela significação de que se revestem, o acerto do pensamento que, neste particular, inspirou o Conselho e tem animado todos os seus órgãos executivos na campanha obstinada que vem sendo preciso desenvolver para superar as dificuldades que até agora impediram tão relevante investigação.

A lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938, confiou ao Instituto, como estava previsto na sua lei orgânica, a realização da grande operação censitária de 1940. Para esse fim já foram tomadas todas as medidas iniciais, achando-se em regular funcionamento a Comissão Censitária, à testa da qual temos a satisfação de ver um eminente cientista que é também um notável homem de ação, o Prof. José Carneiro Felipe, merecedor, por todos os títulos, da nossa integral confiança. Subordinados à Comissão, funcionam a sua secretaria e um Gabinete Técnico, como órgãos executivos dos trabalhos preliminares do censo e destinados a se transformarem mais tarde no Serviço Censitário Nacional. Além disso, a colaboração possível e necessária aos serviços censitários, por parte dos órgãos permanentes do Instituto, já está regulada e em vias de execução.

Como medida realmente de base não só para o êxito completo do recenseamento, mas ainda para a normalidade de toda a vida administrativa da República e sobretudo para a regularidade e segurança dos levantamentos estatísticos, cogitou o Instituto da sistematização da divisão administrativa e judiciária do País. Levado o assunto à decisão do Governo, foi baixado o decreto-lei n.º 311, de 2 de Fevereiro deste ano. Esse diploma legislativo, realizando, em matéria erigida de dificuldades, uma das reformas mais audaciosas em que se poderia pensar no Brasil, tão sabiamente adaptou os preceitos constitucionais às diretivas de racionalidade que a nossa divisão territorial exigia, que não encontrou oposição em parte alguma, antes conquistou o aplauso unânime da opinião pública e a solidariedade absoluta dos Governos Regionais e Municipais. O programa avançado, — e mesmo, a certos aspectos radical, — que o projeto do Instituto ofereceu ao Governo quanto às circunscrições territoriais, está, pois, sendo executado a rigor, dando ao país, nesse particular, uma sistemática perfeita, um ritmo inteiramente satisfatório e, ao mesmo tempo, o levantamento rápido dos mapas municipais, como elementos preciosos para a geografia e a estatística brasileiras, elementos que ainda se completarão com a delimitação, realmente tão necessária, dos quadros urbanos e suburbanos de todas as nossas cidades e vilas.

Outra iniciativa feliz do Instituto é a aproximação e entendimento não só com os Governos Regionais, muitos de cujos Chefes e Secretários de Estado teem

sido festivamente recebidos pela Junta Central do Conselho de Estatística, mas ainda com as repartições sob sua ação coordenadora em todas as Unidades da Federação. Já não falando nessa proveitosíssima convivência de mais de uma quinzena, que as nossas Assembléias Gerais propiciam entre quasi todos os diretores estaduais de estatística com os seus colegas da administração federal, sob duas modalidades ainda se tem manifestado a aproximação a que me refiro. Uma delas, é a da designação de técnicos para colaborarem diretamente na reorganização dos serviços estaduais de estatística. A outra consiste no comissionamento de funcionários estaduais de estatística para realizar, com subvenção do Instituto, estágios de aperfeiçoamento nas repartições centrais federais.

Registro especial deve merecer também a larga publicidade que o Instituto vem fazendo das suas atividades e dos resultados que vai obtendo. Esse objetivo, que é, sem dúvida, de consequências inavaliáveis, temo-lo conseguido, não só por meio das nossas publicações técnicas — gerais ou especializadas — entre as quais se destaca a “Revista de Economia e Estatística”, do Instituto, festejadamente recebida em todos os meios em que circula, mas ainda, e principalmente, graças à magnanimidade com que a Imprensa Brasileira se prontificou a colaborar nas nossas campanhas, e não apenas reproduzindo as nossas notas e comunicados, senão mesmo comentando expressivamente os fatos relacionados com a instituição, fazendo-nos suas advertências, dando novos estímulos aos nossos colaboradores, numa palavra, preparando o espirito público para a nova fase da nossa civilização em que tudo se conduzirá através das medidas prévias que somente a estatística pode oferecer ao Governo das comunidades políticas. Haja vista, neste particular, a extraordinária repercussão que teve em todo o país a passagem do 2.º aniversário do Instituto, celebrado aqui com as expressivas homenagens que prestamos ao Chefe da Nação, como benemérito fundador do Instituto, bem como nos Estados, e mesmo em muitos municípios, em reuniões culturais ou festividades cívicas de grata significação. E regosijamo-nos, a esta altura, com o extraordinário alargamento das nossas possibilidades em matéria de divulgação, que nos vai trazer, daqui a dois meses, a instalação das modelares Oficinas Gráficas que já possuímos como propriedade coletiva do Instituto, — benefício inestimável que devemos à fórmula cooperativa verdadeiramente feliz pela qual a financiou o decreto n.º 237, de 2 de Fevereiro dêste ano, como medida preliminar dos serviços censitários.

Ainda uma nota interessante, que vale destacar, é a do intensivo aparelhamento de todas as agências executivas do Instituto com serviços de apuração mecânica, os quais em sua grande maioria, são do sistema Hollerith. Essa inteligente medida, além de aumentar muito o rendimento do trabalho, vem acarretando, quando bem executada, segurança quasi absoluta no tratamento do material estatístico.

Mais uma iniciativa auspiciosa é justo que registemos aqui. Refiro-me aos cursos de especialização que várias repartições do Instituto — centrais e regionais — estão ministrando ao nosso funcionalismo. Graças a tão acertada providência vai sendo elevado sensivelmente o nível da capacidade técnica dos nossos quadros, ao mesmo tempo que, no seio deles, se despertam nobres estímulos intelectuais e o espirito de pesquisa científica, que tanto podem fazer pelo progresso da estatística brasileira.

Finalmente, não devemos silenciar, nesta confortadora contemplação da nossa próspera seara, a criação do Cadastro Predial e Domiciliário na Capital da República e nas metrópoles regionais, — objetivo êsse que a Convenção de 1936 colocou entre as nossas expressas obrigações confiando à administração do Distrito Federal, não só o lançamento da iniciativa, mas ainda a fixação dos padrões do serviço a que devam obedecer as organizações congêneres nas outras Capitais! Por motivos vários, o começo dos respectivos trabalhos tardou um pouco. Mas a inteligência lúcida e o espirito público do Prefeito Henrique Dodsworth já estão ao serviço da nossa campanha, o que quer dizer que também nesse setor o triunfo já nos está assegurado. E da envergadura dêsse nosso

empreendimento já temos um penhor e um índice. O penhor é que o lançamento do cadastro foi feito sob a orientação de um técnico do valor do Prof. Lino de Sá Pereira, ilustre Secretário das Finanças do Governo desta Capital. E o índice está na audácia do plano e na organização admirável a que obedece a primeira parte do empreendimento que nos preocupa — o Cadastro Predial, que já não é mais uma promessa, e sim uma conquista brilhantíssima da administração municipal que, neste particular, está conquistando destacada posição entre as mais adiantadas do mundo.

Eis aí, meus Senhores, em rápida revista, o que foi a vida do Instituto nos doze meses a que se deve referir esta resenha.

E vemos com alegria que, mercê de Deus, estamos hoje no alto de uma eminência, de onde já podemos descortinar largos horizontes.

De um lado, olhando o passado, é ainda limitado, sem dúvida, o raio visual, pois nada é, na história, o transcorrer dos dois rápidos ciclos solares que mal acabamos de transpor. Mas a paisagem que o nosso olhar abrange, sobre multiplicar-se em acidentes variadíssimos, a exprimir cada um deles uma dificuldade e uma vitória, tem o encanto dos espetáculos familiares, pois tudo isto se passou sob nossas vistas, todos esses caminhos, nós os perlustramos juntos, todas essas realizações teem em si algo de cada um de nós.

Para o lado do nascente, o futuro... o futuro, para o qual olhamos virilmente, e confiantemente. O deslumbramento de um horizonte ilimitado, em cujos planos se sucedem, em perspectiva harmoniosa, — e exprimindo não mais inatingíveis conquistas ou enganadoras miragens, mas possibilidades próximas, que serão amanhã vitórias definitivas da civilização brasileira, — as realizações sem conta em que, sem desfalecimentos, se desdobrarão daqui por diante as atividades da nossa incomparável instituição.

Confortados, pois, com a visão que o poente nos oferece, caminhemos, meus caros companheiros, caminhemos confiantes e resolutos para o levante.

Muito espera o Brasil do nosso esforço dedicado, do nosso patriotismo vigilante, da nossa capacidade de iniciativa e de realização.

Mas, por mais que lhe demos, dando-lhe tudo isso, nada teremos dado se não lhe trouxermos, — de coração erguido e ânimo decidido, e no mais alto grau que estiver ao nosso alcance — este “quê” maravilhoso, que realiza milagres e não conhece barreiras — o espírito de cooperação.

Caminhando juntos e sempre dispostos a cooperar, nada nos faltará para vencer. Porque essa união cobrirá todas as deficiências com que lutarmos; dará autoridade insuperável à nossa palavra, alicerçando o nosso prestígio até mesmo fora das fronteiras pátrias; multiplicará as nossas energias; imprimirá unidade e ritmo aos nossos esforços; conquistará a opinião nacional; garantirá o apóio dos Poderes Públicos; numa palavra, fará do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aquele instrumento poderoso de cultura e progresso que o Presidente Getúlio Vargas, o nosso benemérito patrono, teve em mente dar ao Brasil, e em o qual nós outros, membros destes Conselhos, queremos realmente transformar, dentro em pouco, a organização embrionária que a Nação confiantemente entregou aos nossos cuidados.

Eis, pois, Senhores Conselheiros! Concitados por êsse nobre pensamento, empunhem-nos a fundo no esforço construtivo a que somos chamados neste augusto plenário, que, pela segunda vez, vai ditar diretrizes comuns a todos quantos se dedicam ao desenvolvimento da geografia e da estatística brasileiras.

O vosso Presidente faz votos pelo êxito feliz dos vossos trabalhos. E êle prevê que, se a primeira reunião conjunta destes Conselhos criou o órgão de orientação dos serviços geográficos e preparou o terreno para a abertura da Campanha censitária, est'outra, que se inicia hoje, preparará o advento do sistema de organizações executivas de que ainda carece a ala geográfica do Instituto, e assegurará, por outro lado, a vitoriosa realização do Recenseamento de 1940.

Tenho dito.